



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Transformações na paisagem do Litoral Norte da Bahia: uma análise a partir dos padrões de uso e ocupação na zona costeira de Conde

Marcus Henrique Oliveira de Jesus

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal da Bahia – *Campus* Salvador. Bolsista PIBIC-FAPESB vinculado ao Grupo de Pesquisa GEOPRAXIS-IFBA/CNPq. E-mail: marcushenrique@gmail.com

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira

Doutora em Geografia. Professora do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, *Campus* Salvador. Pesquisadora do GEOPRAXIS. E-mail: aniziacaoliveira@gmail.com

Introdução

Historicamente, a zona costeira se constitui como um espaço privilegiado onde diversas civilizações humanas se assentaram e usufruíram das suas potencialidades ambientais. Durante vários momentos da história humana, os espaços costeiros adquiriram uma importância distinta, importância essa vinculada, sobretudo, a sua vantagem locacional. Em países de origem colonial como o Brasil, onde os primeiros núcleos urbanos foram fundados ao longo da costa, a relevância desses espaços se faz sentir no seu poder de articulação através dos fluxos comerciais continentais e intercontinentais. No período colonial brasileiro as vilas e povoados litorâneos tinham o papel de escoar a produção através dos seus portos e importar mercadorias para o consumo da colônia.

A zona costeira se caracteriza por uma área onde se desenvolve diversas atividades, usos e formas de ocupação. Naturalmente, por tais circunstâncias, é possível identificar ao longo desta zona atividades industriais, portuárias e de turismo e lazer, coexistindo de maneira simultânea com populações que vivem em modo de vida tradicional. Neste cenário diverso, visualizam-se possibilidades de existência de conflitos, principalmente quando há ausência de planejamento participativo que respeitem as questões culturais, sociais, políticas e econômicas das populações que ocupam esses espaços.



Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Também é possível encontrar nestes espaços uma diversidade de ambientes naturais, que através das dinâmicas de interface entre mar, terra e atmosfera constroem paisagens com distintas belezas cênicas. No entanto, as pressões de ordem antropogênica ocasionadas pelas variadas formas de uso e ocupação que comumente se manifestam de maneira insustentável, criam impactos e geram degradações ambientais nas zonas costeiras.

A zona costeira do Litoral Norte da Bahia atualmente vivencia uma série de transformações ocasionadas por vetores de modernização implementados a partir das últimas décadas do século XX. O processo de metropolização da Região Metropolitana de Salvador, a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e a expansão do turismo litorâneo são considerados vetores responsáveis pelas transformações na paisagem costeira desta região que, de um *deserto demográfico* assim considerado em algumas literaturas, passou a ser um “território de enclaves” (SILVA *et al.* 2008).

Conde é um município integrante do Litoral Norte da Bahia que vive a margem de todos esses processos de transformações socioespaciais previamente apresentados. No entanto, a configuração dos usos e ocupações da sua zona costeira nos apresenta algumas particularidades que estão vinculadas as heranças do processo de colonização da região. Essas questões impõem uma lógica própria que condicionam formas diferenciadas de apropriação da zona costeira. Diante disso, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre o padrão de uso e ocupação da zona costeira deste município, apontando as principais atividades econômicas desenvolvidas ao longo de sua extensão e também os seus estágios de urbanização.

Vetores de modernização da zona costeira: uma análise de suas implicações socioespaciais

A zona costeira brasileira começa seu processo de ocupação mais adensada a partir da chegada dos colonizadores portugueses, que começam a se assentar em trechos ao longo do litoral. Em primeiro momento, as ocupações foram condicionadas pela extração do pau-brasil que perdurou dois séculos (XVI e XVII), depois se transferindo

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

para o ciclo da cana de açúcar que efetivamente começou “o processo de ocupação e formação espacial da colônia” (MOREIRA, 2005, p. 12).

Todo o sistema de ocupação colonial é organizado em fluxos que privilegiavam as trocas comerciais existentes nas cidades portuárias, estabelecendo assim as primeiras atividades econômicas ao longo do território brasileiro. As vilas portuárias funcionaram como pontos no litoral que viabilizavam a exportação das mercadorias que chegavam do interior da hinterlândia e eram encaminhadas para a metrópole portuguesa. Essas questões são ilustradas através do modelo de desenho chamado por *bacia de drenagem*¹ (MORAES, 1999, p. 31).

Um exemplo emblemático deste processo é Salvador que durante mais de três séculos foi considerada a cidade mais importante das Américas e teve seu papel atrelado ao abastecimento do Recôncavo Baiano e exportação das mercadorias que chegavam desta região, responsável pela produção canavieira. Uma marca da política mercantilista adotada pela Coroa portuguesa durante o período de colonização do Brasil.

Essas características são importantes para a compreensão dos contextos em quais ocorreram a formação territorial do litoral brasileiro. Também se explica aí os números expressivos das concentrações populacionais ao longo da costa, a existência de 13 das 17 capitais de estados litorâneos estarem em zonas costeiras e de populações vivendo a pelo menos 200 km do litoral (MORAES, 1999).

Todas essas circunstâncias conferem a costa brasileira uma multiplicidade de usos e ocupações. Usos ligados a urbanização, as atividades industriais, portuárias e do turismo, assim como os voltados para os modos de vida tradicionais, projetam múltiplos cenários. É verificável também, além das grandes concentrações populacionais, de caráter predominantemente urbano, espaços com ocupação rarefeita. Esses altos índices de concentração de população e múltiplas atividades, onde atividades modernas convivem simultaneamente com tradicionais, criam impactos diretos nos ambientes costeiros que ocupam e geram conflitos de ordem socioambiental. E desta situação urge

¹Moraes (2005, p. 68) em seu livro Território e História no Brasil apresenta a bacia de drenagem como desenho espacial básico “em que um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto (lacustre, marinho ou estuarino) que articula os lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino”.

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

a necessidade do planejamento ambiental, que possibilite usos e ocupações sustentáveis de ambientes costeiros.

A urbanização emerge como umas das principais formas de ocupação e uso ligado ao litoral, além de ser um vetor de desenvolvimento e modernização do território. Esse processo no Brasil começa a partir de 1930 como aponta Strohaecker (2008), quando ocorrem mudanças estruturais na economia do país que se desloca de um modelo agroexportador para o urbano-industrial o que foi até o final da década de 1950. Neste período, tem se destaque o eixo estrutural industrial Rio de Janeiro - São Paulo. Além deste eixo, as principais capitais de estados litorâneos se tornaram centros de absorção das populações que migraram em busca de possibilidades de trabalho, já que as atividades produtivas estavam concentradas nessas cidades.

O adensamento populacional em algumas cidades do país em face da carência de infraestrutura urbana para acolhimento cria cenários diversos, dentro os quais os processos de favelização. Alguns desses ocorrem em cidades costeiras, que aliados a falta de saneamento básico e o descarte de resíduos em rios se inserem como formas de degradação ambiental das zonas costeiras.

Limonad (2008 e 2007) apresenta as duas principais formas como a urbanização neste momento histórico se desenvolve no mundo e conseqüentemente no Brasil, essas formas são: a urbanização concentrada e a dispersa², que se desenvolvem de modo complementar. A primeira se caracteriza por aglomerações nas grandes metrópoles brasileiras dando origem a tecidos urbanos coesos e contínuos, com suas áreas urbanas e rurais bem definidas. Enquanto o modelo disperso tem como égide a distribuição de atividades econômicas e de população ao longo do território, criando assim núcleos urbanos difusos, descontínuos, e sem contiguidade de usos e atividades. Alguns nas periferias e entornos de grandes metrópoles.

²A autora exemplifica o processo de dispersão no país, demonstrando algumas localidades onde este fenômeno já ocorre. Dentre elas, expõe a costa entre Salvador na Bahia e Aracaju em Sergipe. Ou seja, o Litoral Norte baiano que é um dos objetos de análise desta pesquisa, vivencia o processo de implementação pontual de estruturas urbanas.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

A autora chama atenção também para como essa forma de urbanização dispersa se torna uma tônica de ocupação e usos no litoral brasileiro, onde cada vez mais se observa o surgimento de novas estruturas urbanas ligadas ao turismo, lazer e à recreação. Tratam-se de cidades que, como as apontadas por Mullins (1991) *apud* Silva *et al.* (2008, p. 194 e 195), são criadas com símbolos próprios que servem de atrativos turísticos, com a presença de uma população socialmente diferenciada e cuja mão de obra se apresenta como flexível, algo característico do modelo de produção capitalista pós-industrial.

A industrialização surge também como um vetor de desenvolvimento e modernização no litoral, porém tem seu caráter colocado como de forma pontual devido às exigências externas para sua instalação. Estas que estão ligadas às ações e políticas de Estado, a oferta de mão de obra disponível, a necessidade de infraestruturas que possam viabilizar a fluidez comercial ao longo do território, fazem com que a implementação de arranjos industriais confira ao poder estatal o papel de ofertar estruturas para sua operação. Nessas circunstâncias, observamos ações do poder público na construção de portos, duplicação de rodovias, isenções fiscais e etc.

Como exemplo de atividades industriais que ocorrem ao longo da costa brasileira tem-se as ligadas ao ramo petrolífero que são significativas para elevação do Produto Interno Bruto, e acabam por elevar a renda *per capita* dos municípios costeiros onde se instalam. No entanto, as questões referentes a suas logísticas e execução das suas atividades exercem influência sobre a qualidade ambiental da zona costeira (Oliveira & Melo e Souza, 2014), pois estão expostas a risco de acidentes. No tocante ao setor portuário, se configuram como agentes importantes, pois são responsáveis pela escoação das mercadorias e movimentação das mesmas ao longo da costa. A sua proximidade e a deficiência no saneamento básico podem comprometer os cursos d'água devido ao descarte de resíduos nestes, degradando ecossistemas costeiros.

A instalação de parques industriais em determinadas localidades também tem a capacidade de prover um desenvolvimento socioeconômico, já que nas proximidades dos mesmos começam a surgir novas estruturas urbanas que almejam oferecer bens e serviços para os trabalhadores. Essas ofertas partem do capital privado e do poder



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

público, o primeiro a partir da construção de centros comerciais, condomínios residências, hotéis, pousadas e *resorts*, que são mecanismos que movimentam o mercado imobiliário, enquanto o segundo tem o dever de ofertar saneamento básico, construir escolas e hospitais, além de sedes de órgãos públicos. Essa tônica não é regra para todas as instalações de parques, no entanto, são recorrentes essas questões.

O turismo por sua vez emerge no cenário da economia globalizada como um novo vetor de modernização e desenvolvimento socioeconômico para territórios que ainda não foram incorporados as lógicas capitalistas globais. Impõe-se como um poderoso aliado para o alcance da valorização dos lugares que são “frequentemente abandonados pelas outras atividades econômicas, levando para estes sítios eleitos a supressão das marcas, o equipamento coletivo, a promoção comercial e simbólica e novas fontes de receita e empregos” (Cazes, 1996, p. 81). E por sua vez, acaba por ganhar um papel principal nos planos de desenvolvimento social e econômico de diversos países em via de desenvolvimento que almejam com esta atividade ter alternativas em face dos problemas com outros setores econômicos.

As suas grandes taxas de desenvolvimento começam a partir da década de 1950, com a elevação dos índices de mobilidade de indivíduos, que por sua vez, são reflexos da “revolução dos transportes” (Cazes, 1996, p. 77-78), o que viabiliza uma maior fluidez das pessoas entre os territórios, conseqüentemente também apresenta altos níveis de lucratividade. Portanto, traduz-se como um modelo que se apresenta com uma tendência natural a incorporação de espaços periféricos. Nesta perspectiva, também se ganha campo no litoral, onde ele se transforma em lugar para (re)produção dos seus usos e formas de ocupação. Nesse sentido, as atividades turísticas se apresentam como uma forma de consumo das paisagens culturais e ambientais para os seus usuários, aos quais é ofertada toda uma gama de infraestrutura para desfrutarem das possibilidades de recreação, descanso e lazer gerados por esta.

Entendemos o turismo segundo Silva *et. al* (2009), como uma atividade de mobilidade temporária praticada por indivíduos de suas residências permanentes para outros lugares em busca de recursos culturais e naturais, que usufruem de uma infraestrutura de serviços posta a sua disposição, como transportes, serviços de



Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

comunicação, de hotelaria, de restaurantes e outros diversos para o alcance dos seus objetivos pretendidos na viagem.

No Brasil, esses usos e formas de ocupação ganham protagonismo no Nordeste e acabam por incorporar as zonas costeiras ao seu modelo de reprodução do capital. E mesmo com todas as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, que ora se apresentam, por exemplo, no fornecimento de estruturas urbanas, saneamento básico e serviços vinculados às necessidades sociais básicas para comunidades locais (Marcelino, 1996, p. 177-178), assim como absorção da população como mão de obra pelos empreendimentos turísticos, também temos uma variedade de impactos negativos, como a degradação ambiental, a privatização das praias, o aumento da especulação imobiliária, a concentração de terras e o abandono das atividades tradicionais pelos habitantes para serem incorporados como trabalhadores em hotéis, pousadas, restaurantes, *resort* e equipamentos turísticos em geral.

Formação territorial do Litoral Norte e suas recentes transformações socioespaciais

Para entender as recentes transformações socioespaciais no Litoral Norte da Bahia, espaço que vivencia um processo de modernização latente e que incorpora cada vez mais atividades industriais, imobiliárias, agrícolas e do ramo turístico, é necessário retornar ao seu passado e entender como se deu seu processo de ocupação e as quais atividades estavam ligadas aos seus usos do solo. Esse exercício nos faz compreender a diversidade de comunidades que ocupam a região e seus modos de vida, além das mudanças recentes.

Historicamente o processo de formação do território que hoje se tem por chamar de Litoral Norte da Bahia, se inicia nos primeiros assentamentos portugueses que remonta ao século XVI quando se institui o período de colonização das terras brasileiras. A princípio, esta região se incluía como lote na maior sesmaria do mundo, pertencente ao donatário García D'Ávila, que ficou responsável por estabelecer os primeiros núcleos de povoamento no local. No entanto, é prudente lembrar que anterior a este processo, as terras já eram ocupadas por antigas tribos indígenas.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Garcia D'Ávila recebeu da coroa portuguesa uma das maiores sesmarias do continente Americano, que tinha aproximadamente 200 léguas de extensão e se estendia da Bahia até o Piauí. Neste território se estabeleceu como principal atividade econômica a criação de gado extensiva, que funcionava como mecanismo complementar a forte economia açucareira que ocorria no Recôncavo baiano (Gomes, 2013, p. 50). A região fornecia carne bovina e seus derivados para alimentação de Salvador e outros povoados, além de outros elementos como animais de tração para auxílio nas atividades dos engenhos. CEI (1994) *apud* Gomes (2013, p. 52) nos mostra que após a crise da economia açucareira durante o século XIX, houve uma expansão da cultura do coco-da-baía nesta região que permanece até os dias atuais. Cultura esta trazida da Ásia e inserida no território pelo senhor D'Ávila.

Com o declínio político e econômico da família D'Ávila no final do século XIX, e as subdivisões das suas terras entre os herdeiros, as terras são adquiridas por Sigisfred Sigismundo Schindler, um prussiano, naturalizado norte americano. E um novo ciclo produtivo se inicia no Litoral Norte baiano, desta vez vinculada ao extrativismo em que se era explorada a piaçava e o látex oriundo da mangaba. Dentre as ações também realizadas pelo Schindler na região, se tem a criação de um porto em Porto de Sauípe que auxiliava no escoamento da produção e ligação da localidade com Salvador e a Europa (Souza, 2009, p. 53 e 54). Mesmo com essas breves mudanças nas atividades na economia da região, as heranças do período colonial permanecem como a concentração de terra e renda como lógica tanto do capital, como do governo. As transformações que se vivencia para além do econômico são a materialidade de edifícios com valor histórico “como casas de fazendas e engenhos, igrejas e conjuntos urbanísticos, além das pequenas povoações onde vive, ainda hoje, a maior parte da população, composta preponderantemente por pescadores e marisqueiras, artesãos e pequenos agricultores” (SOUZA, 2009, p. 54).

Durante a década de 1920, Schindler vende suas terras para a companhia britânica *British and Brazilian Rubber Planters & Manufacturers LTDA*, que permanece com as atividades ligadas ao extrativismo voltado a exportação. Segundo Gomes (2013, p. 52) a companhia chegou a ter propriedades na região com cerca de



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

80.000 hectares, “cerca de 20 km ao longo da praia e 40 km do litoral para o interior”. No entanto, a companhia veio à falência e as terras foram postas sobre a responsabilidade do Banco de Londres que iniciou as vendas em 1949, vendendo por um valor simbólico a Companhia Noberto Odebrecht, que deixou as terras imóveis durante cerca de 50 anos.

Devido a um povoamento rarefeito e lento, que consistia em núcleos urbanos em entroncamentos ferro-rodoviários e em pontualmente ao longo do extenso litoral através das vilas de pescadores. A população residente nesta região sobrevive até os dias atuais das atividades ligadas a agricultura de subsistência, pesca, extração vegetal e artesanato (Valverde, 2007, p. 53). O Litoral Norte, na década de 50, foi visto por Milton Santos em um dos seus trabalhos como “*deserto demográfico*” (Silva, *et al.*, 2008, p. 191), vivenciou transformações de cunho modernizadora com a implantação das atividades petrolíferas que se instala através de campos de exploração nos municípios de Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Pojuca e Cardeal da Silva. E essa região por tanto é incluída a Região de Produção da Petrobras, e como processo complementar temos a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC)³ em 1978.

Essa nova atividade possibilitou grandes transformações na estrutura socioeconômica da região, e conseqüentemente na paisagem. Este processo impulsionou o processo de urbanização, a construção de eixos viários (Linha Verde e Estrada do Coco) e a valorização (e especulação imobiliária) da terra que estavam concentradas nas mãos de grandes proprietários rurais e que anteriormente serviam a exploração de gado extensiva. Gomes (2013, p. 18 e 19) nos diz que essas transformações que impactaram diretamente na organização social, no uso e na ocupação de solos, foram motivadas por dois vetores de modernização os quais tem suas próprias lógicas. O primeiro é pontuado como o processo de metropolização da Região Metropolitana de Salvador, que tem os seus fatores inerentes ao crescimento e urbano e o *boom* imobiliário aliado a expansão

³Gomes (2013, p. 53) relata que esse processo surge após a década de 1940. Com a descoberta de petróleo em Salvador e no Recôncavo baiano e a criação da Petrobras, que influenciaram na criação no entorno de Salvador e no Litoral Norte do “primeiro parque industrial da Bahia para atender as demandas da PETROBRAS, a exemplo, do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1968, e o Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978”.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

do COPEC. O outro é a lógica de “produção e organização do espaço deflagrado pelo capital internacional (turístico e imobiliário) articulado com o Estado”.

Por tanto, temos o Estado como principal agente nas transformações ocorridas no Litoral Norte nas últimas décadas, seja ele como articulador na implementação de vetores modernizantes, como a industrialização e urbanização, que nesse espaço se deram de formas diferenciadas e concentradas em determinadas localidades, e privilegiando atividades econômicas específicas como a silvicultura, à celulose e a petrolífera. O que em consequência complementar vai gerar uma demanda por infraestrutura, a exemplo de portos e rodovias, no setor terciário por oferta de diversos serviços e também na construção civil que serão impulsionados (Gomes, 2013, p. 54). Ou seja, o Estado atua diretamente no fornecimento de infraestrutura e na articulação com o capital privado para exploração imobiliária e turística.

E neste cenário de transformações, o que se vivencia na atualidade no que tange ao território pertencente ao Litoral Norte da Bahia, é uma expansão das atividades relacionadas ao turismo, a recreação e o lazer, sobre uma égide da espacialização de empreendimentos hoteleiros, *resorts*, condomínios de moradas permanentes e destinados a serem segundas residências durante altas estações. Os quais contribuem no fortalecimento de uma “indústria” de consumo das paisagens ambientais e culturais, e na materialização de pequenas ilhas de bem estar social, ou melhor, núcleos urbanos equipados para fins turísticos que oferecem aos seus usuários uma gama de serviços.

No início da década de 1990, o estado brasileiro em sintonia com os estados da Região Nordeste, os órgãos públicos, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os mecanismos internacionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentam um novo modelo de planejamento do desenvolvimento socioeconômico, chamado Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I). O PRODETUR tinha como pauta o fornecimento de infraestrutura nos espaços do litoral nordestino para a prática de atividades turísticas com padrões internacionais. Também é prudente lembrar que durante esse período o Brasil passava por um momento de instabilidade econômica, e como “solução, efetuou-se um conjunto de ajustes econômicos ditados pelas

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

instituições financeiras mundiais (FMI, BIRD e BID). O PRODETUR/NE efetivou-se financeiramente mediante essas condições” (PEREIRA, 2014, p. 117). Houve também uma segunda edição no início da década 2000, visando o fortalecimento das estratégias de gestão estadual e municipal, dos investimentos em infraestrutura e capacitação, e capitalização de recursos privados. No entanto, essa segunda fase ainda está em andamento, e não há relatórios finais, mas pode-se acompanhar a evolução do programa por uma plataforma chamada Centro de Informações ao Público (CIP).

Os investimentos oriundos do PRODETUR/NE funcionaram sobre a égide da urbanização do litoral nordestino, visto que os investimentos privilegiaram em grandes montantes o saneamento e os transportes (Pereira, 2014, p. 122). E como desdobramentos desse processo foram observados a criação de rodovias (e/ou sua duplicação), ampliação de aeroportos (a inserção de aeroportos nas rotas internacionais) e adequação de infraestrutura de acordo aos padrões internacionais de turismo⁴.

A Bahia durante esse primeiro plano, se tornou destaque em capitalização de recurso, recebendo cerca de 34% (215.011 milhões de dólares), que foram distribuídos espacialmente entre os polos Salvador e entorno, Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Chapada Diamantina, lembrando que apenas este último polo na região inteira era o que não estava localizado na zona costeira. Gomes (2013), em seu trabalho que analisa o desenvolvimento do turismo no Litoral do Norte da Bahia, este que se desenvolve vinculado aos interesses hegemônicos de redes hoteleiras internacionais, relata que durante o PRODETUR/NE, os polos da Baía de Todos os Santos e Costa do Descobrimento foram na Bahia os que absorveram mais recursos, 80% do total (GOMES, 2013, p. 44).

No entanto, o governo baiano com relação ao Litoral Norte se torna um dos principais indutores das transformações socioespaciais e a descoberta de uma vocação turística na região. Silva & Carvalho (2011) nos mostra como o citado governo se articula para captação de investimentos do capital privado através da sua participação em feiras nacionais e internacionais de temáticas imobiliário turístico. Neste trabalho

⁴No caso do Litoral Norte da Bahia, as principais observações são sobre a ampliação do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães e a duplicação da principal estrada que corta essa região, a Linha Verde (BA-099).



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

citado, os autores analisam como se desenvolve o marketing territorial na LN com as vendas de lotes extensos em sites especializados na temática imobiliária. Além dessas questões, observamos em sintonia com o número de terras à venda, a internacionalização dos espaços nesta região, com a presença cada vez maior de redes hoteleiras oriundas de países europeus (em destaque para Portugal e Espanha⁵). E como resultado desse processo, uma crescente privatização das praias, impossibilitando para as comunidades locais o acesso direto as paisagens naturais do seu cotidiano.

Às margens desses processos se insere a zona costeira do município de Conde. Observamos que de certa forma, seu espaço costeiro já começa a desenvolver algumas tendências presentes na região ao qual pertence. Limonad (2007) nos apresenta em seu trabalho os gêneros de turismo desenvolvidos na região supracitada, e em Conde, tem seu papel atrelado a atender as demandas turísticas locais e regionais, ou seja, voltada completamente a uma demanda interna de mercado. No entanto, segundo os dados apresentados por Gomes (2013, p. 69) há um empreendimento chamado Aurantiaca de origem norte americana e holandesa em situação de projeto.

Conde: Padrão de uso e ocupação e os seus estágios de urbanização

Conde é um município integrante do Litoral Norte da Bahia, penúltimo nas proximidades da divisa com o estado de Sergipe, e tem como uma das suas particularidades a localização da sede municipal longe do litoral. Em sua estrutura econômica podemos observar uma grande predominância das atividades ligadas ao setor terciário, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Censo de 2010, apontava a seguinte divisão: agropecuária (21.286), serviços (48.439) e indústria (11.521). Para além dessas questões, se tem uma população residente em área urbana de aproximadamente 12.129 e rural de 11.491, que somadas se tem 26.620 habitantes no total, com renda *per capita* de R\$240,91 (DATASUS, 2010).

⁵Gomes (2013, p. 69) apresenta um quadro em seu livro com a situação dos empreendimentos turísticos, hoteleiros-imobiliários no Litoral Norte da Bahia, com base em dados do SETUR/SUINVEST/SEMA/DUC, 2010. Nele, estão 23 empreendimentos, cerca de 9 são de origem espanhola, 5 portuguesas, um de origem mista entre os dois citados anteriormente, os demais estão entre nacionais, outros países europeus e os EUA. Uma presença grande do capital português e espanhol no turismo do LN baiano.

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

A zona costeira de Conde tem como particularidades inerentes, a sua escolha durante a implementação do Projeto Orla como projeto piloto e o maior potencial histórico-cultural e ambiental do Litoral Norte da Bahia, segundo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e Entorno (2003). Além disso, a presença de parte expressiva do seu território na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN) que foi criada em 1992 com o objetivo de conter os impactos da construção da Linha Verde e ordenar o uso e ocupação do solo da zona costeira dos municípios de Conde, Jandaíra, Entre Rios, Mata de São João e Esplanada.

As características naturais da sua zona costeira destaca uma diversidade de sistemas biofísicos, desde manguezais até ambientes de restinga. Diversas formas de uso e ocupação também marcam a paisagem costeira do município.

A partir da construção de inventário das principais ações antrópicas que estão em curso na zona costeira de Conde, foi possível elaborar Mapa de Uso e Ocupação (Figura 01) contendo a identificação, por exemplo, das áreas desmatadas, agrícolas e de pastagens existentes.

Utilizando como base os dados do Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia elaborado pela Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SEMARH), 2005, foi espacialmente distribuído os estágios de urbanização⁶ da zona costeira do município (Quadro 01).

No tocante às Habitações humanas (e/ou estruturas urbanas) detectadas, pontualmente, ao longo da zona costeira do município, existem vários núcleos habitacionais divididos entre: Siribinha, Poças, Sítio do Conde e Barra do Itariri.

Siribinha está próxima da foz do Rio Itapicuru, sua estrutura urbana permanece inalterada mesmo com as transformações que ocorrem no Litoral Norte. No entanto, há algumas modificações internas como a aquisição de casas de pescadores por veranistas. As suas moradias estão estruturadas ao redor de um eixo central, as casas em geral tem apenas um pavimento.

⁶Com relação aos estágios de urbanização, estamos propondo como um dos objetivos específicos na continuidade da pesquisa uma análise apurada sobre os critérios utilizados pelos órgãos estatais na classificação de núcleos populacionais, principalmente na zona costeira do município de Conde, objeto da nossa pesquisa.



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Poças sofre influências diretas da urbanização de Sítio do Conde e está apenas a poucos quilômetros de distância. Casas também estão sobrepostas ao redor de uma via central, com a presença um pavimento apenas. Há carência de abastecimento de mananciais de água e a principal disponibilidade do recurso são oriundas dos aquíferos de terraços marinhos.

Sítio do Conde é interligada a sede municipal e a BA-099 por uma via pavimentada. Seu processo de urbanização está ligado ao turismo local, oriundos de outros municípios interiores. Seu tecido urbano é caótico (desordenado) com dois eixos preferencias de crescimento nos sentidos nordeste e sudoeste. Edifícios colocados sem regulamentação e a presença de casas de tamanhos variados com mais de um pavimento e ruas tortuosas e descontínuas sem normas técnicas de estrutura em seu desenho. Há a presença de um loteamento chamado Praiamares que apresenta um padrão regular de quadras, sobrepostas em partes o cordão duna do litoral no núcleo. Existem casas com melhor estrutura construtiva e a presença de lotes ainda não ocupados.

Barra do Itariri localizada na foz do Rio Itariri tem a presença de casas com padrões arquitetônicos tradicionais que foram adquiridas por veranistas. As moradias estão estruturadas ao redor da via que liga o estuário ao núcleo do Sítio do Conde. Há a presença de novas construções com padrões arquiteturais mais diversificados, resultados de ocupação recente, lotes de terra maiores e casas sobre ecossistema de dunas na linha da praia.

São presenciadas em Conde ações antrópicas ligadas a pecuária, a pesca e extrativismo animal e a atividade agrícola. São comuns áreas de pastagens ligadas a criação de bovinos, caprinos e ovinos nas proximidades de corpos d'água e áreas úmidas. Cultivos (principalmente de grandes extensões) podem estar associados as pastagens e relacionam-se majoritariamente a cultura do coco-da-baía. Conde se configura como um dos principais produtores de coco no Estado. Em outras escalas temos a produção de banana, maracujá, manga, laranja, feijão, mandioca, milho, batata doce e abacaxi como culturas mais importantes no município.

As atividades agrícolas estão caracterizadas pelo declínio significativo da agricultura de subsistência em consequência da crescente exploração do eucalipto e



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

pinus que estão associados a grupos empresariais. Essa manifestação resulta na expulsão dos pequenos agricultores e nos índices de concentração de terras que alteram a estrutura fundiária do município.

Referente à pesca e extrativismo animal, estas são atividades presentes em todos os núcleos do litoral de Conde, principalmente em Poças e Siribinha, onde a atividade se destaca por ser uma das principais formas de sobrevivência da população local. Em Barra do Itariri a pesca também é desenvolvida devido a sua proximidade do estuário e as barras que favorecem a atracação de embarcações, no entanto também se registra o abandono dessa atividade por parte considerável da população para serem incorporados ao turismo. Essas atividades também fornecem as iguarias essenciais para o turismo culinário nos núcleos deste litoral.

Quanto à infraestrutura viária é bastante deficiente tendo apenas a presença de vias pavimentadas no núcleo de Sítio do Conde, e uma estrada de ligação principal entre o mesmo e a sede municipal (BA-233). No mais, as outras vias que interligam os demais núcleos não tem pavimentação.

No tocante aos Equipamentos de turismo, lazer e recreação, em Sítio do Conde se tem a presença de pequenas pousadas e restaurantes e do Hotel Sítio do Conde que é o melhor equipamento turístico da região com uma infraestrutura de qualidade. Também é possível registrar a presença de residências secundárias utilizadas por veranistas em períodos de alta estação. Na sua orla são encontrados equipamentos destinados aos turistas (mesas e sombreiros).

Na Barra do Itariri é possível registrar um turismo contemplativo de baixa intensidade e a predominância de segundas residências adquiridas por turistas. Também se tem equipamentos como os citados anteriormente para Sítio do Conde para uso nas praias. Em Poças devido às particularidades da sua praia, o turismo se caracteriza como voltado para culinária local, portanto há presença de pequenos restaurantes adaptados em algumas residências. Em Siribinha, sua praia tem a ausência de arenitos que permite o banho. Observamos a implantação de pousadas nas casas dos pescadores. Há a presença de restaurantes de pequeno porte. Também se encontra equipamentos

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

(sombreiros e mesas) disponíveis nas proximidades da foz do rio Itapicuru e na orla do seu núcleo.

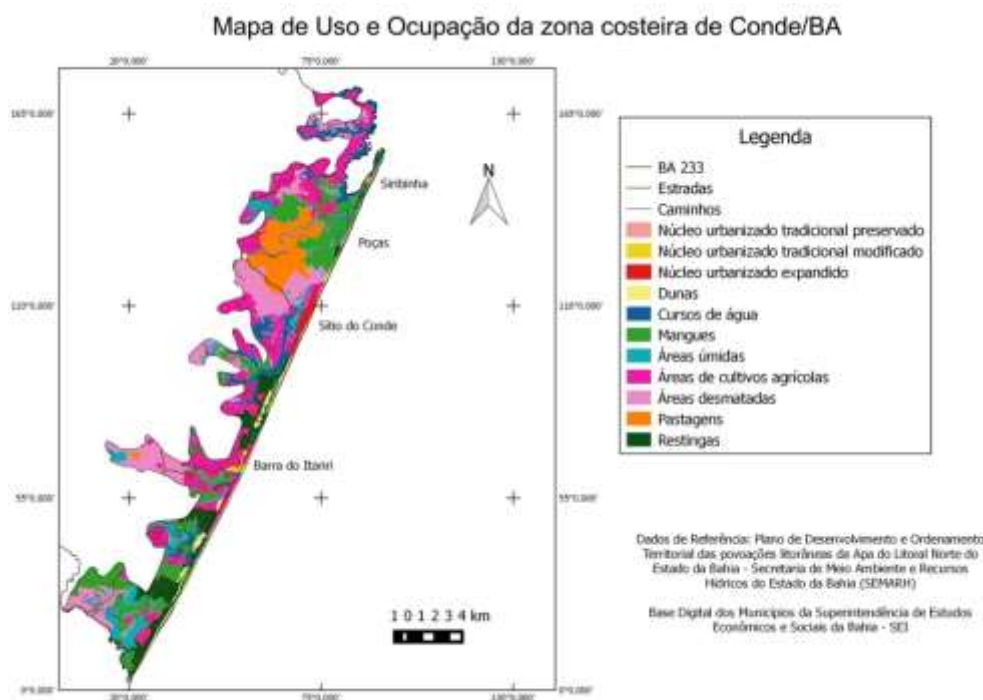


Figura 01: Mapa de Uso e Ocupação da zona costeira de Conde/BA. Organização: Marcus Jesus, Anízia Oliveira e Silas Vitória.

A partir do inventário das ações antrópicas pôde-se identificar que na zona costeira de Conde ocorrem três tipos de Estágio de urbanização: Núcleo urbano tradicional preservado, Núcleo urbano tradicional modificado, Núcleo urbano expandido (Figura 01). A descrição de cada Estágio identificado consta no Quadro 01.

Estágios de evolução urbana	Caracterização detalhada
Estágio 1 – Núcleo urbano tradicional preservado	Caracteriza-se por ser um povoado com poucas influências de agentes exógenos, onde prevalece a cultura local. Os turistas são veranistas tradicionais que alugam casas durante um período curto no ano. A população local sobrevive de atividades econômicas tradicionais como a pesca, extração vegetal/animal e agricultura de subsistência. Há uma limitação na estrutura de serviços reduzida a alguns pontos comerciais, escolas e igrejas. O desenho urbano é simples, com casas com apenas um pavimento, construída com materiais rústicos encontrados nas imediações. Infraestrutura urbana deficiente com ausência de sistema de abastecimento de águas e ruas pavimentadas. Densidades demográficas desses núcleos são baixas.
Estágio 2 – Núcleo urbano tradicional modificado	Esse núcleo corresponde as modificações do tradicional por atividades turísticas espontâneas, através das aquisições das casas dos moradores locais por veranistas e comerciantes que iniciam a construção de pousadas e restaurantes, com baixa qualidade de infraestrutura. Esse processo colabora na mudança dos moradores locais para áreas menos nobres do povoado (geralmente em mangues ou terrenos embrejados), o que altera o desenho urbano original, surge a construção de novas edificações sem respeitar padrões urbanísticos, além da alteração da cultura local e do estilo de vida,

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

	que geralmente causam conflitos. O resultado disto são as degradações ambientais resultante de ocupações inadequadas em ecossistemas, como em cordões dunas, devido ao adensamento progressivo dos limites originais aliado a precária infraestrutura e o fechamento do acesso aos recursos naturais utilizados pelos moradores.
Estágio 3 – Núcleo urbano expandido	É o estágio onde o núcleo tradicional se encontra bastante alterado pelas atividades turísticas espontâneas que é dinamizada através do mercado imobiliário, gerando a necessidade de expansão dos limites originais. Processo que se inicia com a especulação imobiliária resultado da cobiça dos especuladores por propriedades rurais extensas com pouca produtividade, que se aproveitam da falta de infraestrutura de acesso aos povoados. Com a comercialização dessas terras que geralmente são de baixo custo (o que projeta um bom investimento futuro para os comerciantes), inicia-se a expansão com ocupações que não obedecem a critérios urbanísticos, já que não estão em áreas urbanas, há uma carência de fiscalizações e a inexistência de leis de uso do solo. Como resultado dessas questões, temos as degradações ambientais que inviabilizam atividades turísticas sustentáveis e ordenadas futuras. Outro ponto característico deste estágio, é a ausência de critérios ambientais para implantação destes projetos, o que promove ocupações inadequadas de ecossistemas dunares, aterro de áreas embrejadas e manguezais, além da alteração da morfologia dos terrenos e fluxos hídricos superficiais e subterrâneos. E uma observação pertinente é que muitos dos lotes demoram a ser comercializados e ocupados, ficando em repouso e gerando prejuízo a receita municipal.
Estágio 4 – Núcleos urbanizados expandidos interligados	Neste se verifica a interligação de dois núcleos urbanos expandidos através de parcelamentos. Nessa condição, os ecossistemas ambientais se encontram-se parcelados sem critérios ambientais, onde os problemas são transferidos para compradores futuros que adquirem sem consciência dos problemas ambientais e legais que terão no futuro. Geralmente são loteamentos especulativos com vários problemas legais e irregularidades que são adquiridos por indivíduos externos a região.
Estágio 5 – Mancha urbana contínua	Nesse estágio se caracteriza o limite extremo do processo de urbanização, onde os núcleos expandidos interligados estão completamente ocupados, formando um tecido urbano contínuo e situado sobre ecossistemas naturais, o que dificulta o seu reconhecimento. Esse processo demanda uma melhor infraestrutura urbanística para garantir a qualidade de vida dos habitantes.

Quadro 01: Estágios de urbanização do Litoral Norte da Bahia. Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, 2005.

O Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia desenvolveu os estágios que estão adaptados no Quadro 01 e de acordo com o diagnóstico do governo estadual os núcleos habitacionais de Conde que estão situados em sua zona costeira foram classificados como urbanos. Seguindo os parâmetros previamente apresentados, o município apresenta os três primeiros estágios, em que Sítio do Conde como núcleo principal está no estágio 3, e como verificamos há uma crescente especulação imobiliária através das vendas de lotes que sugerem uma expansão das construções de condomínios e residências secundárias. Barra do Itariri se encontra no estágio 2, onde começamos a observar o surgimento de residências construídas fora do núcleo inicial de povoamento. Enquanto Siribinha e Poças apresentam apenas o primeiro estágio, onde grande parte da sua população residente ainda sobrevive majoritariamente das atividades relacionadas à pesca.

O fenômeno de urbanização que se apresenta como disperso ao longo da costa tem suas principais características atrelados ao turismo, que, como exposto no tópico



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

anterior, no município se caracteriza por atender a demanda local e regional de mercado. As atrações turísticas estão atreladas principalmente a culinária local, a contemplação da paisagem natural e aos usos recreativos das praias.

Nesse sentido o que se tem projetado sobre a zona costeira de Conde é um padrão de uso e ocupação relacionado às atividades agropecuárias e a urbanização oriunda do fenômeno de “turistificação” do seu litoral. Onde seu principal núcleo urbano (Sítio do Conde) se expande sobre um desenho caótico, sem ordenamento e planejamento, que conseqüentemente resulta nas ocupações dos ecossistemas costeiros, questão também recorrente em Barra do Itariri, o núcleo localizado mais ao sul do município, onde se registra residências construídas sobre cordões dunares e na linha da praia.

Outro fator diagnosticado é a expansão das residências secundárias nos núcleos, que muitas das vezes são vendidas por moradores locais que optam por habitar em áreas menos privilegiadas, ocupando assim zonas de ecossistemas úmidos, embrejados ou as proximidades de mangues. Além disso, a carência de infraestrutura no saneamento básico que resulta no descarte de esgotos nos ecossistemas citados e em corpos d’águas adjacentes.

Em decorrência dos processos de transformações socioespaciais ocorrentes no Litoral Norte da Bahia, das particularidades vivenciadas pela zona costeira de Conde no que correspondem a erosão costeira, as ocupações inadequadas, o desmatamento progressivo e a urbanização sobre a tônica do turismo, que de certo modo colabora consideravelmente com a receita municipal, visto que o setor serviços é onde mais se arrecada, é que se fazem necessários mecanismos mais eficientes de planejamento e ordenamento que direcione os usos e ocupações da sua zona costeira para padrões sustentáveis. Além da necessidade de ações efetivas de preservação e recuperação de ecossistemas costeiros que estão em processo de degradação ambiental.

Considerações finais

A zona costeira se apresenta como um espaço de adensamento populacional, e onde se concentra uma multiplicidade de usos e ocupações, decorrentes das suas



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

potencialidades paisagísticas e ambientais. Portanto, se configura como um espaço propício aos conflitos devidos a coexistência de múltiplas atividades e as pressões antropogênicas em seus ecossistemas naturais, que geram cenários de degradação ambiental.

No Brasil, o Estado se qualifica como o principal agente de transformação na paisagem costeira. Ora como fornecedor direto de infraestrutura para a instalação de vetores de modernização, ora articulando nas escalas nacionais e internacionais através de projetos de capitalização de recursos privados para a implantação de determinados usos e ocupações. Um exemplo típico de ambas as características apresentadas são as ações do governo brasileiro na elaboração do PRODETUR-NE, e os estados fornecendo infraestruturas para implantação do turismo no litoral nordestino.

E não distante desse cenário, o Litoral Norte da Bahia é um dos espaços nordestinos privilegiados pelas ações governamentais em incentivo ao desenvolvimento do turismo e o investimento de capital estrangeiro em infraestrutura turística. Para além dessas questões, as transformações socioespaciais ocorrem nesta região com suas devidas particularidade, porém alterando a paisagem costeira.

Conde vivencia particularidades inerentes a sua própria zona costeira, o processo de erosão de dezenas de metros em curso, a expansão dos núcleos habitacionais sobre ecossistemas costeiros, o crescimento do mercado imobiliário de lotes e segundas residências, a concentração fundiária, o avanço das atividades agropecuárias específicas que desmatam a floresta nativa do município. E nessas circunstâncias, é necessário (re)pensar medidas que postulem a reversão dessas questões diagnosticadas, e que direcione usos e ocupações sustentáveis na zona costeira.

Referências

- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno. Volume I - Diagnóstico*. Salvador, abr. 2004.
- BAHIA. Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia*. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Salvador, 2005.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível na Internet: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 10 de jun. 2016.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Informações de Renda Média Domiciliar Per Capita, 2010. Disponível na Internet: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acesso em 10 de jun. 2016.

GOMES, Lirandina. *Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais*. Salvador: EDUNEB, 2013, p. 258.

CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: Adyr A. B. Balastrieri Rodrigues. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77-85.

MARCELINO, A. M. T. O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: Adyr A. B. Balastrieri Rodrigues. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 177-183.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hutec; Edusp, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002. v. 1. 200p.

MOREIRA, R.. Sociedade e espaço no Brasil: as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.83, p. 07-33, 2005.

OLIVEIRA, A. C. A.; MELO E SOUZA, R. *A produção e o padrão atual de organização do espaço costeiro: considerações sobre as transformações espaciais no litoral sul de Sergipe e o papel das políticas de ordenamento*. In: Anais Do I Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território, Rio De Janeiro ,2014. P. 520-533

STROHAECKERI, T. M.. *Dinâmica Populacional. Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil* – Brasília: MMA, 242 p.: il. color. ; 42 cm. ISBN 978-85-7738-112-8. 2008.

SOUZA, M. de L. C. *Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno*. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. ; CARVALHO, S. S. de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?. In: Carvalho, I.; Pereira, G.. (Org.). *Como anda Salvador*. 2ed. Salvador-BA: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 189-211.

SILVA, S. B. de M. e S.; CARVALHO, S. S. de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia. *Revista Desenbahia*, v. 7, p. 99-114, 2011.

SILVA, Sylvio C. B. M.; CARVALHO, Silvana S. de; SILVA, Bárbara C. N. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-BA e de sua região de influência. *Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. IV, p. 1-16, 2009.

LIMONAD, Ester. "Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...". Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona*, 26-30 de mayo de 2008.

_____. No todo acaba en Los Angeles ¿un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa?. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*,



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Universidad de Barcelona, Vol.XII, nº 734, 10 de julio de 2007. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm>]. [ISSN 1138-9796]

VALVERDE, N. P.. *Os impactos do Turismo no desenvolvimento de comunidades: O caso do município de Conde, na Bahia*. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Salvador - UNIFACS. Salvador, 2007.

Pereira, Alexandre Queiroz. *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.